

A reforma litúrgica de D. Frei Baltasar Limpo

Falar da reforma litúrgica de D. Frei Baltasar Limpo implica necessariamente uma explanação preliminar sobre as origens da tradição litúrgica de Braga e a natureza do rito bracarense, a fim de sabermos do que estamos a falar. O que é a liturgia de Braga? Que valores culturais e espirituais detém ela dignos de serem salvaguardados?

Para bem situarmos as suas origens, importa antes de mais ter presente o conjunto das várias famílias litúrgicas da cristandade ocidental. São quatro as grandes liturgias: Romana, Ambrosiana, Galicana e Hispânica; esta também chamada Visigótica ou Moçárabe, segundo a perspectiva com que for encarada. Poder-se-ia acrescentar mais outra, a liturgia Celta, mas sobre ela pouca documentação chegou até nós.

A liturgia Ambrosiana ou de Milão (mais Aquileia e Benavente na antiguidade) está aparentada, quanto à sua estrutura interna, à de Roma, mas é bem mais rica do que esta sob o ponto de vista eucológico.

A liturgia Galicana é a primitiva liturgia das Gálias, progressivamente substituída pela irradiação da liturgia Romana a norte dos Alpes. A sua estrutura interna é semelhante à da liturgia Hispânica.

A liturgia Romana impôs-se a todo o Ocidente desde a época de Carlos Magno, por motivações que não é possível explicar aqui. Desta universalização, ou para empregarmos um termo moderno, desta globalização, salvou-se apenas a liturgia Hispânica, durante séculos.

Incomensurável drama

A história da tradição litúrgica de Braga – e de várias outras peninsulares – está ligada a um incomensurável drama: a supressão da liturgia Visigótica. A península hispânica é no séc. XI a única região do Ocidente subtraída à influência das tradições litúrgicas de Roma. A implantação da liturgia Romana é a última fase da romanização total da Europa ¹.

A abolição da liturgia tradicional é um dos dramas mais pungentes da cristandade hispânica, do ponto de vista cultural e espiritual. O símbolo mais expressivo deste drama é o célebre duelo de Burgos, realizado a 9 de Abril de 1077, em que dois soldados combatem, um pela Espanha e outro por Roma. O representante das tradições nacionais saiu vencedor, mas a força das circunstâncias inutilizou a alegria momentânea da vitória.

A decisão oficial é confirmada também em Burgos, no Concílio de 1081. Pela primeira vez na história, Roma exige sem condições a abolição de uma liturgia nacional. A razão invocada pelo Papa Gregório VII é de que ela está contaminada por erros doutrinários, nomeadamente priscilianismo e arianismo.

São os príncipes e os bispos que assumem, embora contrafeitos, a mudança. Estamos em plena reconquista cristã e, na prática, quem executa as directrizes de Roma são os bispos vindos de Cluny – na altura em pleno apogeu da sua grandeza.

Assim se explica que em Braga a substituição da liturgia Visigótica pela Romana tenha sido retardada até fins do séc. XI, por volta de 1096, ou seja, até à vinda de S. Geraldo para arcebispo de Braga. Ele é originário do Quercy e antigo monge de Moissac, no sul da França, o que significa que os livros litúrgicos por ele introduzidos reflectem as tradições próprias desta região. E não admira também que essas tradições venham a influenciar o génio e a religiosidade do futuro rito bracarense, de características muito próprias.

¹ Breve apontamento sobre estas vicissitudes em *Influência religiosa da França no Portugal Medieval* in «Didaskalia», III (1973), 134-135, mais notas 4 a 9.

O que é uma liturgia medieval

A liturgia Romana impôs-se a todo o Ocidente e é desta universalização que surgem as diversas liturgias medievais, que não são mais que variantes da liturgia Romana, por vezes fortemente diferenciadas, de harmonia com a sensibilidade religiosa e humana dos povos que a adoptaram, tendo por base, de modo geral, o sacramentário papal dito Gregoriano. Neste enquadramento genérico encontra-se também a tradição litúrgica de Braga.

A liturgia Romana impôs-se a todo o Ocidente, mas não satisfaz por inteiro a ânsia espiritual e a inquietação religiosa da alma medieval, porque é demasiado concisa, diríamos até demasiado aristocrática. A Idade Média acolhe-a e respeita-a como algo de sagrado e de intocável, por ser a liturgia do Papa e das grandes basílicas de Roma. Deste modo vai acrescentar-lhe algo de novo, em consonância com a sua visão espiritual e mística do universo ².

A Idade Média é simultaneamente um período de liberdade e de criatividade. Alguns destes suplementos provêm das antigas liturgias gálica e hispânica, mas na quase totalidade são fruto da sua capacidade criadora, que atinge o resplendor nos séc. X-XII. Deste época datam a maioria das composições litúrgicas e artísticas. Algumas são criações únicas, de génio, património universal da humanidade, como as catedrais românicas, o vitral, a iluminura, o canto gregoriano...

No que diz respeito às composições litúrgicas, importa salientar algumas, apenas algumas, das mais significativas, daquelas que permitem aos historiadores identificar e individualizar qualquer rito medieval. Na celebração da Eucaristia lembremos as *apologias* e as orações de preparação e acção de graças da comunhão do celebrante.

Nas grandes festas de timbre popular, a bênção dos Ramos, das Cinzas e das velas no dia 2 de Fevereiro, bem como orações apropriadas à Semana Santa, nomeadamente à adoração da Cruz em Sexta-Feira Santa. Só para a bênção dos Ramos e das velas na Candelária são conhecidas à volta de 50 composições para cada solenidade, sem contar as antífonas de procissão.

² Para uma visão mais ampla destes acréscimos, ver «A liturgia medieval e o sagrado» in *O Sagrado e as Culturas*, Colóquio realizado entre 18 e 22 de Abril de 1989, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa 1992, 51-67.

Além destas composições conexas com o ritmo anual da liturgia, recordemos os inúmeros ritos de sacralização da vida individual, familiar e social criados pelo espírito religioso da Idade Média. Salientemos apenas um de particular impacto social: a coroação do imperador e a sagração do rei.

O porquê da reforma

O título desta comunicação fala da *reforma* litúrgica de D. Frei Baltasar Limpo. O termo «reforma» é de toda a evidência inadequado. Só uma certa ironia o permitirá; e a falta de outro mais objectivo o justifica.

O Arcebispo de facto não fez senão transtornar e subverter uma tradição com mais de três séculos de vida. O verbo *abastardar* reflecte melhor a situação, mas o dramático é que a história legitimou o bastardo e de tal modo que o *Missal Bracarense* de 1924, ainda em uso, dele depende. Não houve ninguém de competência e coragem capaz de discernir o embuste. E isso atenua em parte a ousadia original.

Vejam os factos. Apenas um em concreto, dos mais significativos e paradigmáticos: as orações de bênção dos Ramos, início da Semana Santa ³.

A mais antiga tradição de Braga, desde o *Pontifical de Braga* do séc. XII (Porto ms 1134) e as edições sucessivas do *Missal Bracarense* de 1498, 1512 e 1538, comportava 7 orações e um prefácio. A edição de 1558, da reforma de D. Frei Baltasar Limpo, ficou apenas com 6 orações e um medíocre prefácio, o que bem pode ser considerado como empobrecimento teológico. As orações da bênção dos Ramos e respectivo prefácio revestem-se com efeito de grande valor doutrinal, pois exprimem a cristologia da entrada solene em Jerusalém e introduzem-nos no significado profundo da Paixão de Cristo: vitória da vida sobre a morte.

Das orações da antiga tradição ficaram apenas 4 e ordenadas de maneira diferente. Uma das suprimidas provinha do *Missal de Mateus*, que é uma das fontes mais antigas e importantes do rito de Braga. Esta oração – *Benedic Domine hos ramos (...) valeat appa-*

³ Quadro comparativo desta reformulação em «A Liturgia de Braga», in *Miscelânea en Memoria de Dom Mario Férotin*, Madrid-Barcelona 1966, 273-274.

rere – era por sinal das mais belas e concisas, em razão da sua inspiração bíblica.

Estas simples observações bastam para duvidar dos propósitos postos em realce de «tornar a edição não só mais acurada, mas também mais completa».

Espírito crítico ou fantasia?

Não temos ainda uma biografia completa, rigorosa e crítica do arcebispo carmelita D. Frei Baltasar Limpo que nos permita julgar com inteira objectividade a sua preparação científica, seu carácter e modos de actuação nos altos cargos que exerceu: Catedrático de Teologia em Lisboa, Provincial da sua ordem por duas vezes, Prior do Convento do Carmo em Lisboa, Bispo do Porto e finalmente Arcebispo de Braga.

Os dados de que dispomos, no entanto, da sua actuação em Braga, no sector da reforma litúrgica, não são muito lisonjeiros. Trata-se da transferência das relíquias de S. Pedro de Rates. O relato que nos deixou Mons. Augusto Ferreira é modelo perfeito de historiador probo e delicado ⁴.

Na linda igreja românica do séc. XII, na freguesia de Rates, Póvoa de Varzim, estava depositado o corpo de uma personagem desconhecida. A credence popular identificou-a com S. Pedro de Rates, o qual teria sido discípulo de S. Tiago e primeiro arcebispo de Braga. E outra lenda acrescentava algo mais: e teria sido também carmelita...

O arcebispo de Braga D. Diogo de Sousa em 1511 e D. Manuel de Sousa em 1549 introduziram a lenda nas respectivas edições do *Breviário Bracarense*.

D. Frei Baltasar Limpo, sem qualquer espírito crítico, antes em complacente convivência com os progenitores da fábula, decidiu transferir, dois anos após a tomada de posse, as relíquias do pretenso bispo e mártir, para uma das capelas absidais da catedral. E afim de exorcizar quaisquer dúvidas sobre o histórico feito, mandou gravar, para memória dos vindouros, no seu sepulcro em pedra dourada, a seguinte inscrição:

⁴ Monsenhor J. Augusto Ferreira, *Fastos Episcopales da Igreja Primacial de Braga*, Tomo II, Mitra Bracarense 1931, 464-466.

«AQUI JAZ O CORPO DE S. PEDRO MARTYR,
DISCIPULO DO APOSTOLO SANT'IAGO, TRASLADADO
DA IGREJA DE RATES POR D. BALTAHASAR
LIMPO, ARCEBISPO DE BRAGA, A ESTA SEPULTURA,
QUE SE LHE FEZ PARA MAIOR VENERAÇÃO,
E POR SER O PRIMEIRO PRELADO D'ESTA IGREJA,
AOS 17 DE OUTUBRO DE 1552».

O dramático é que a lenda só na segunda metade do séc. XX pôde ser desmantelada, com lamentações duns quantos, saudosos das duas festas que lhe eram dedicadas no calendário: a de Padroeiro principal da Arquidiocese (26 de Abril) e a da transferência das relíquias (17 de Outubro).

JOAQUIM O. BRAGANÇA